

Constituinte chega em 5 meses a anteprojeto confuso

Franklin Martins

BRASÍLIA — Depois de quase cinco meses de muito trabalho, a Constituinte descobriu, assustada, que ainda está muito longe de poder apresentar ao país uma Constituição moderna, coerente e clara. Longo, contraditório, retórico e muitas vezes omisso, o anteprojeto do relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral (PMDB-AM), que compatibilizou as posições aprovadas nas oito comissões temáticas, conseguiu a proeza de não agradar a praticamente ninguém.

Incorporando teses conservadoras na ordem econômica e posições progressistas no campo social, afirmando num artigo o que nega em outro, alongando-se em questões menores, escorregando no casuismo e cedendo à verbosidade, o anteprojeto, porém, é um retrato razoavelmente fiel dos trabalhos da Constituinte até agora. Cabral, constringido pelo regimento interno a relatar os resultados das comissões, sem poder entrar no seu mérito, limitou-se apenas a apertar o botão e colher o instantâneo.

"Ele podia, ao menos, ter penteado a noiva", reclamou o deputado fluminense Noel de Carvalho, que está deixando o PDT de Brizola junto como prefeito do Rio, Saturnino Braga. De fato, Cabral não estava proibido, por exemplo, de cortar palavras e frases desnecessárias.

Nascer com vida — Podia, portanto, ter melhorado a redação de certos trechos, como o que diz que "adquire-se a condição de sujeito de

direitos pelo nascimento com vida" ou o que determina que é função do Estado "favorecer o sentido social da liberdade, a fim de que todos disponham de tantas liberdades quanto o que mais dispõe de liberdade entre todos, critério em que se legitima a intervenção equalizadora do Estado para alinhar a sociedade na direção de uma democracia de liberdades igualadas". Em 1789, a Assembléia Nacional da França, ao tratar do mesmo tema, chegou a uma forma curta, objetiva e duradoura: "Os homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos". Todo mundo a entende e é capaz de guardá-la de cor.

Certas falhas grosseiras poderiam, também, ter sido eliminadas. O artigo 14, inciso XXV, que trata da aposentadoria, remete o leitor, no caso dos trabalhadores rurais, ao artigo 358. Esse, porém, não tem nada a ver com o assunto: trata de métodos alternativos de assistência à saúde.

Há ainda o capítulo das omissões. O artigo 343 cria o Fundo da Seguridade Social, formado pelas atuais contribuições ao INPS e outras, além de recursos do orçamento da União. Não define, no entanto, quem administra o fundo — uma omissão incompreensível diante das somas fabulosas com que ele lidará.

No capítulo das disposições transitórias, os professores adjuntos IV do sistema federal de ensino público são promovidos a titulares — sem concurso, contrariando o artigo 85 do anteprojeto. O líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, um beneficiado pela medida — ele é professor adjunto IV na Universidade Federal da Bahia —, saiu em campo contra ela.

Varejo — Bernardo Cabral, no entanto, tem pouca responsabilidade na falta de coerência do texto — uma das críticas mais comuns nos corredores do Congresso. Sem um anteprojeto para nortejar os trabalhos, e começando a discussão dividida em 24 subcomissões que se debruçaram sobre temas específicos, a Constituinte partiu do varejo para o atacado. Como os principais partidos tampouco definiram as linhas mestras da Constituição que querem aprovar — só o PT, o PCB e o PC do B chegaram a elaborar projetos da nova Carta —, deputados e senadores apresentaram suas idéias, isoladamente, sobre temas particulares sem obedecer a qualquer visão de conjunto. O resultado dificilmente poderia ser um anteprojeto harmônico.

Para o deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), relator-adjunto da Comissão de Sistematização, considerado um dos constituintes mais preparados, foi uma fase romântica, mas positiva. "Todo mundo trabalhou com base em suas ansiedades individuais, colocando-as para fora. Foi um processo pedagógico. Agora, quando a Sistematização reuniu todas as idéias e deixou à mostra as incompatibilidades, as pessoas tomam consciência desse romantismo", disse.

Entretanto, o Palácio do Planalto não reagiu ao anteprojeto como se estivesse diante de uma catarse dos constituintes. O presidente José Sarney ficou preocupado com a questão do parlamentarismo e com a extensão dos direitos dados aos cidadãos. E as vantagens dadas a funcionários públicos e as obrigações impostas ao Estado mereceram a ironia do líder Carlos Sant'Anna: "É o facilitário".

Arquivo



Mário Amato: golpe

Planalto prevê país ingovernável

Parlamentarismo, estabilidade, semana de 40 horas de trabalho — para o Planalto, essas três questões, incluídas no anteprojeto de Bernardo Cabral, tornariam o país ingovernável. Tranquilo, o presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Ariens (PFL-RJ), um parlamentarista convicto, não ficou preocupado com a profecia. "Há muitos anos que, no Brasil, nós temos poder e não governo", disse, lembrando que esse último pressupõe aceitação da sociedade e eficácia do Estado.

O líder do governo, Carlos Sant'Anna, acha que a adoção do parlamentarismo produzirá uma situação de instabilidade. "Como é que um presidente da República, eleito por 40 milhões de votos, pode ser transformado numa figura decorativa e a chefia do governo ficar com um parlamentar eleito com, digamos, 70 ou 80 mil votos?", argumentou.

Para o líder do PCB, deputado Roberto Freire (PE), o raciocínio de Sant'Anna é equivocado. "O primeiro-ministro não representa a si próprio e nem a seu partido ou à coligação que o sustenta. Ele é indicado pelo Congresso Nacional", disse Freire, que vê na reação do Planalto uma ofensiva conservadora contra os aspectos mais democráticos e avançados do anteprojeto de Bernardo Cabral.

Pressões — Preocupados com a adoção da estabilidade e da semana de 40 horas de trabalho, um grupo de diretores de relações humanas das grandes empreiteiras desembarcou na semana passada em Brasília para tentar impedir sua aprovação. Evitando falar à imprensa — o nosso trabalho tem de ser discreto, disse um deles —, o grupo percorreu gabinetes de deputados, fazendo previsões sombrias caso as duas medidas sejam efetivamente adotadas. Afirmava um dos diretores que elas vão aumentar o desemprego.

Em São Paulo, o presidente da Fiesp, Mário Amato, avisou que a estabilidade e a semana de 40 horas constituirão um golpe para a economia e a livre iniciativa — reeditando um argumento muito em voga na Europa, no Século XIX, contra a jornada de oito horas. Adotada, ela não significou o fim do capitalismo mas obrigou os empresários a modernizarem os processos produtivos.

Contra a estabilidade e as 40 horas investiram não só políticos governistas e líderes sindicais. Também o ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, disse que considerava essas medidas — em vigor há décadas nos quartéis — arriscadas para o desenvolvimento da economia brasileira.